

# Opções para a dívida

GAZETA MERCANTIL

13 OUT 1987

por Celso Pinto  
de São Paulo

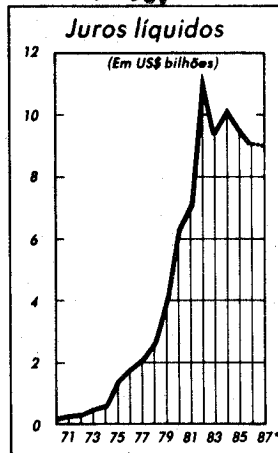
O presidente do Banco Mundial (BIRD), Barber Conable, disse, há alguns dias, a um grupo de jornalistas canadenses, que a idéia que se está desenvolvendo nas negociações da dívida externa brasileira é a montagem de uma "operação ponte" para o País.

Conable comentou o caso brasileiro dizendo que considerava que as negociações com os bancos estavam caminhando bem. Disse esperar uma definição para os próximos meses.

Um assessor próximo ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, acha que os bancos privados, através de seu comitê, deverão insistir, na próxima rodada de negociações com o Brasil, que começa dia 19, na idéia de um acordo imediato que resolva o problema de 1987.

Esse arranjo, que talvez caracterize o que Conable chamou de "operação ponte", seria um gesto duplo. Os bancos acertariam o refinanciamento de 1986 e 1987, concedendo um empréstimo. O desembolso, certamente, exigiria algum tempo. O Brasil, em contrapartida, aceitaria fazer, antes do dia 26 de outubro, um "down payment", ou pagamento simbólico de juros. O acerto mais amplo prosseguiria sendo discutido.

Existem muitos obstáculos a essa idéia. Muitos no governo consideram inadequado qualquer acerto parcial. Os bancos resolveriam seu problema contábil tanto em relação à ameaça de reclassificação dos empréstimos brasileiros no dia 26 quanto nos balanços de final de ano, mas o Brasil pouco ganharia de concreto. Significaria abrir mão da moratória



como uma arma de negociação, sem um ganho mais palpável nas questões essenciais. Daí por que muitos defendem a idéia de que qualquer "down payment" só deverá ser feito em troca de concessões substantivas por parte dos bancos.

O outro problema é o tamanho do "down payment". O Brasil gostaria de conversar sobre um pagamento realmente simbólico. Os bancos têm em mente quantias muito pouco simbólicas. Alguns bancos têm falado em US\$ 1 bilhão. Na verdade, já se fala, mesmo em Brasília, em valores da ordem de US\$ 600 milhões a US\$ 800 milhões como "down payment". Seria o necessário para reduzir o atraso dos juros do Brasil aos bancos para um limite de seis meses.

Sabe-se que o Planalto está bastante preocupado com os possíveis efeitos de

uma reclassificação dos empréstimos brasileiros nos Estados Unidos. Há o receio de uma ruptura do Brasil com a comunidade financeira internacional e a vontade de evitar que isso ocorra, mesmo que o custo seja fazer um "down payment". Essa postura do Planalto foi transmitida a Bresser antes mesmo de sua viagem aos Estados Unidos, encerrada há dez dias.

De outro lado, acumulam-se pressões que empurram o Brasil na direção de um acordo com o FMI. A primeira delas, conhecida, é a condição

(Continua na página 18)

# Opções para a dívida

por Celso Pinto  
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

imposta pelos governos de só negociar a volta dos empréstimos ao Brasil depois de um acerto com o FMI. Existem pressões semelhantes, contudo, também da parte do Banco Mundial (BIRD).

Um alto funcionário do BIRD, em conversa recente com um graduado funcionário do governo brasileiro, deixou claro que o BIRD considera essencial que o Brasil tenha uma relação mais próxima com o FMI. O funcionário usou dois argumentos para justificar sua posição.

O primeiro é que o BIRD, como instituição, não quer avançar além da postura dos outros parceiros internacionais do Brasil na negociação da dívida. Se os governos não dão sinal verde e voltam a emprestar, e persiste o impasse com os bancos privados, então o BIRD também não se sente autorizado a retomar o programa de empréstimos ao País.

O segundo argumento é idêntico ao que os bancos privados têm utilizado. O Brasil deve mais de US\$ 1 bilhão ao FMI neste ano e outro tanto equivalente no próximo. O BIRD, como uma instituição multilateral gêmea ao FMI, não quer funcionar como fonte de recursos que acabarão sendo usados para pagar o Fundo.

Daí porque, segundo esse funcionário, é imprescindível que o Brasil tenha uma relação mais estreita, formalmente, com o FMI. De resto, não haveria razões para que o Brasil deixasse de buscar os quase US\$ 2 bilhões a que teria direito com um acordo com o FMI, num momento em que necessita de tantos recursos externos.

Na visão desse funcioná-

rio do BIRD, o FMI sob a gestão de Michel Camdessus, estaria mais aberto a acordos um pouco mais flexíveis. Apesar de esse argumento encontrar eco no Brasil, a experiência recente da Argentina em negociar com o FMI não o endossa.

Uma outra razão prática para a aproximação com o FMI é a questão da divisão de recursos, no "pacote" brasileiro. Como diz o assessor da Fazenda, não cabe ao Brasil, como parte interessada, fixar quanto, no acerto brasileiro, deverá caber aos bancos privados, aos governos centrais e às instituições multilaterais.

Rediscutir essa divisão, contudo, é uma exigência essencial dos bancos privados para prosseguirem a negociação com o Brasil. O FMI poderia, com muito mais facilidade e propriedade, interferir no processo de ajudar na redistribuição do "pacote" brasileiro. Até agora, no entanto, segundo o assessor da Fazenda, não houve nenhum gesto do diretor-gerente do FMI nessa direção, apesar da expectativa brasileira.

A abertura, pelo Brasil, de negociações de um acordo com o FMI certamente facilitaria muito todo o processo. O ministro da Fazenda já disse que aceita tomar esse passo simultaneamente à discussão com os bancos privados, desde que não haja vinculação entre o desenvolvimento dos recursos pelos bancos e o cumprimento de metas econômicas pelo Brasil, junto ao FMI.

O que tem inibido a iniciativa, contudo, é o receio da reação política. "Toda vez que nós vamos viajar para negociar a dívida, chovem telex e abaixo-assinados de parlamentares contra a aceitação de um acordo com o FMI", lembra o assessor da Fazenda.